



Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha

05 de junho | 2014

NOTA DE IMPRENSA

Petição a favor da não Desqualificação/Extinção dos Tribunais do Médio Tejo

Na passada reunião do Conselho Intermunicipal do Médio Tejo, dia 30 de maio, os 13 Presidentes desta CIM aprovaram, por unanimidade, a realização de uma **petição a favor da não Desqualificação/Extinção dos Tribunais do Médio Tejo** para posteriormente ser enviada ao Presidente da República, à Presidente da Assembleia da República e ao Primeiro Ministro.

Apesar das várias diligências que têm vindo a ser feitas por estes autarcas chamando a atenção do governo sobre a incorreta aplicação da reforma do mapa judiciário nesta região, certo é, que não temos vindo a ser ouvidos.

Apenas se exige que o Governo corrija o Decreto-Lei n.º 49/2014 de 27 de março, aplicando os critérios objetivos que ele próprio definiu para a reorganização do mapa judiciário e que defendeu, apontando como compromisso, a ponderação relativa a volumes processuais inferiores a 250 processos por ano e condições rodoviárias/transportes para as populações; bem como, o desdobramento da Comarca de Santarém, minorando-se a distância geográfica atualmente existente no distrito, criando-se no território do Médio Tejo uma 2ª instância central cível e uma 2ª instância central criminal.

A presente petição, para além de estar a ser dada a conhecer através de cada autarquia do Médio Tejo, para recolha de assinaturas, pode de igual modo, ser subscrita online através do seguinte link:

<http://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT73721>

É tempo de dizer basta! E há também necessidade de todas as forças políticas, profissionais, institucionais e populares rejeitarem, liminarmente, mais este corte nos serviços públicos dos Tribunais do Médio Tejo pelas implicações que as mesmas acarretam, nomeadamente pela discriminação negativa que é feita para o interior do país, nomeadamente pela **despromoção regional** que provoca e por incentivar o desinvestimento, nomeadamente de empresas e reduzir a qualidade de vida destes municípios.